



Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

CNPJ/MF 21.957.968/0001-80

Inscrição Estadual 20.447.444-2

Subsidiária Integral da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

Rodovia RN 120 Fazenda Juremal I

São Bento do Norte - RN

CEP 59590-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2021

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1 Contexto Operacional	10
2 Base de Preparação	11
3 Principais Políticas Contábeis	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	17
5 Clientes	17
6 Títulos e valores mobiliários	17
7 Partes relacionadas	18
8 Imobilizado	18
9 Fornecedores	19
10 Outras Contas a Pagar	19
11 Provisões para litígios e passivos contingentes	19
12 Patrimônio Líquido	19
13 Receita Operacional Líquida	20
14 Custos e Despesas operacionais	20
15 Resultado Financeiro	21
16 Imposto de renda e contribuição social	21
17 Instrumentos Financeiros	22
18 Seguros	25
19 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	25
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
PARECER DO CONSELHO FISCAL	29

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AO ACIONISTA

A administração da Usina de Energia Eólica Potiguar S.A. (Companhia ou Eol Potiguar), Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2021, acompanhadas do relatório do auditor independente e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A Eol Potiguar tem o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial como Produtor Independente de geração de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte e sagrou-se vencedora no 6º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 31.10.2014. A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) ⁽¹⁾	Preço/MWh ⁽²⁾	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Potiguar	27,3	11,5	108,30	218,29	29.12.2018	11.05.2050

⁽¹⁾ Valores referentes ao total bruto gerado em 2021.

⁽²⁾ Preço atualizado até dezembro/2021.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2021	2020	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	178.062	189.723	(6,1)
Caixa e equivalentes de caixa	9.826	5.307	85,2
Títulos e valores mobiliários	98	94	4,3
Receita operacional bruta	24.399	19.340	26,2
Deduções da receita	(891)	(619)	43,9
Receita operacional líquida	23.508	18.721	25,6
Custos e despesas operacionais	(14.847)	(5.569)	166,6
Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.661	13.152	(34,1)
Ebitda ou Lajida	17.315	21.806	(20,6)
Resultado financeiro	465	564	17,6
IRPJ/CSLL	(886)	(690)	28,4
Lucro operacional	9.126	13.716	(33,5)
Lucro líquido do exercício	8.240	13.026	(36,7)
Patrimônio líquido	175.331	187.153	(6,3)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	8,9	6,2	43,5
Liquidez geral (índice)	9,7	11,5	(15,7)
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	73,7	116,5	(36,7)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	38,8	73,3	(47,1)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	35,1	69,6	(49,6)
Participação de capital de terceiros (%)	1,5	1,4	7,1
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	4,4	7,5	(41,3)

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 31 de março de 2022

Carlos Frederico Pontual Moraes

Diretor Executivo

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	MARCIO RAPHAEL PLOSZAJ
Membros	JUAREZ RIBAS TEIXEIRA JUNIOR THAIS CERCAL DALMINA LOSSO MARCIO LUIS BLOOT CRISTINA KAKAWA MILTON FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR ITAMAR PINTO PAZ

CONSELHO FISCAL

Presidente	ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Suplente	ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY
Titular	KLEBERSON LUIZ DA SILVA
Suplente	LILIAN RENATA DE ANDRADE
Titular	LUIZ HENRIQUE DE MELLO
Suplente	ALFONSO SCHMITT
Titular	VAGO
Suplente	VAGO
Titular	WALTER GUANDALINI JUNIOR
Suplente	ANGELA BEATRIZ ALCAIDE

DIRETORIA

Diretor Executivo	CARLOS FREDERICO PONTUAL MORAES
Diretor Administrativo-Financeiro	ADRIANO FEDALTO

CONTADOR

CRC-PR 043819/O-0	RONALDO BOSCO SOARES
-------------------	----------------------

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanças Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.826	5.307
Clientes	5	4.348	4.067
Outros créditos		-	8
Imposto de renda e contribuição social		55	13
Despesas antecipadas		56	39
		14.285	9.434
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	98	94
Clientes	5	1.969	-
Outros tributos a recuperar		3	2
Partes relacionadas	7	10.230	20.062
		12.300	20.158
Imobilizado	8	151.477	160.131
		163.777	180.289
TOTAL DO ATIVO		178.062	189.723
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	7	214	215
Fornecedores	9	962	965
Imposto de renda e contribuição social		307	233
Outras obrigações fiscais		118	114
Outras contas a pagar		7	-
		1.608	1.527
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		100	20
Outras contas a pagar	10	1.023	1.023
		1.123	1.043
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Atribuível aos acionistas da empresa controladora			
Capital social	12.1	176.964	197.026
Prejuízo acumulado		(1.633)	(9.873)
		175.331	187.153
TOTAL DO PASSIVO		178.062	189.723

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	23.508	18.721
Custos Operacionais			
Custos Operacionais	14	(13.842)	(11.496)
Reversão do impairment	8.1	-	7.710
		(13.842)	(3.786)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		9.666	14.935
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	14	(5)	-
Despesas gerais e administrativas	14	(902)	(664)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14	(98)	(1.119)
		(1.005)	(1.783)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		8.661	13.152
Resultado Financeiro	15		
Receitas financeiras		465	566
Despesas financeiras		-	(2)
		465	564
LUCRO OPERACIONAL		9.126	13.716
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16		
Imposto de renda e contribuição social		(806)	(676)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(80)	(14)
		(886)	(690)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.240	13.026

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.240	13.026
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		8.240	13.026

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020
em milhares de reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	185.936	11.090	(22.899)	174.127
Aumento de capital	11.090	(11.090)	-	-
Lucro do exercício	-	-	13.026	13.026
Saldo em 31 de dezembro de 2020	197.026	-	(9.873)	187.153
Redução de capital	(20.062)	-	-	(20.062)
Lucro do exercício	-	-	8.240	8.240
Saldo em 31 de dezembro de 2021	176.964	-	(1.633)	175.331

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		8.240	13.026
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias líquidas		(4)	-
Imposto de renda e contribuição social	16	806	676
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	80	14
Depreciação	8.1	8.654	8.654
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	8.1	-	(6.686)
		17.776	15.684
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(2.250)	(304)
Imposto de renda e contribuição social		(42)	(7)
Outros tributos a recuperar		(1)	50
Despesas antecipadas		(17)	-
Partes relacionadas		(10.229)	(9.593)
		(12.531)	(9.862)
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(2)	97
Fornecedores		(3)	(2.313)
Outras obrigações fiscais		4	48
Outras contas a pagar		7	-
		6	(2.168)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		5.251	3.654
Imposto de renda e contribuição social pagos		(732)	(593)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		4.519	3.061
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Resgates (Aplicações) financeiras		-	844
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
		-	844
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		4.519	3.905
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	5.307	1.402
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	9.826	5.307
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		4.519	3.905

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Usina de Energia Eólica Potiguar S.A. (Companhia) com sede em São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, constituída em 11.02.2015, é uma sociedade anônima, de capital fechado, controlada da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. Tem como objeto social a exploração da central geradora eólica EOL Potiguar, por meio da Portaria MME nº 179/2015. A entrada em operação comercial foi em 29.12.2018 e a data de vencimento da autorização é 11.05.2050.

a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

A partir de março de 2020, após a atribuição do status de pandemia ao coronavírus pela Organização Mundial de Saúde - OMS, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

A queda no crescimento e recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades causada pelo surto de coronavírus, vem afetando a performance da economia brasileira. Porém, a Copel tem acompanhado continuamente as projeções da carga de energia e, a partir do segundo trimestre de 2021, com a retomada da maioria de setores da economia, a carga no Sistema Interligado Nacional - SIN em 2021 apresentou aumento de 4,1% em relação ao ano de 2020, cujo resultado é atribuído principalmente à redução progressiva de medidas de restrições para combate a Covid-19.

Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Companhia vem monitorando constantemente seus contratos, a liquidez do mercado de energia e o preço de curto prazo, bem como as negociações com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira de toda a cadeia de geração e comercialização de energia elétrica.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

Não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2021 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a Companhia está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

2 Base de Preparação

2.1 Base de Elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31.03.2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 8 - Imobilizado;
- NEs nºs 3.3 e 8 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.4 e 11 – Provisões para litígios e passivos contingentes;
- NEs nºs 3.5 e 13 - Reconhecimento de receita; e
- NEs nºs 3.6 e 16 - Imposto de renda e contribuição social.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos bem como não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado. No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.5 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas no resultado quando do suprimento de energia, medição ou condição contratual e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica de fontes alternativas.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

3.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no Lucro Presumido. O imposto de renda é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.7 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2021

A partir do exercício de 2021 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2”.
- (ii) Alteração do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - concessões de aluguel relacionadas à Covid-19.

3.8 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios de 2022 e de 2023 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso (a partir de 1º.01.2022);
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido (a partir de 1º.01.2022);
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual (a partir de 1º.01.2022);
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41 (a partir de 1º.01.2022);
- (v) CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (a partir de 1º.01.2023);
- (vi) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (vii) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

- (viii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ix) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2022);e
- (x) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações contábeis decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e bancos conta movimento	1.211	1.132
Aplicações financeiras de liquidez imediata	8.615	4.175
	9.826	5.307

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 96% a 98,3% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

	Saldos vincendos	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Concessionárias e permissionárias			
Contrato de Energia de Reserva - CER	6.291	6.291	1.598
CCEE	26	26	2.469
Suprimento de energia elétrica	6.317	6.317	4.067
		Circulante	4.348
		Não circulante	1.969
			4.067
			-

Em 31.12.2021, não há registro significativo de provisão para perdas de crédito esperadas devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

6 Títulos e valores mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2021	31.12.2020
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	78% a 99,25% do CDI	98	94
	Não circulante	98	94

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

O prazo desses títulos é de 7 meses a partir do final do período do relatório, porém serão renovados por prazo mais longo pois os recursos referentes ao CDB são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão.

7 Partes relacionadas

	31.12.2021	31.12.2020
Ativo não circulante		
Controlador		
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.	10.230	20.062
Passivo circulante		
Controlador		
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. - Compartilhamento	11	24
Copel Geração e Transmissão S.A - Compartilhamento	130	113
Companhia Paranaense de Energia - Compartilhamento	12	15
Entidade sob controle comum		
Copel Distribuição S.A. - Compartilhamento	61	63
	214	215

A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal, administradores, materiais, serviços de terceiros e outros (PMSO), conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

A Companhia é interveniente junto aos contratos de financiamento de debêntures e do BNDES da Controladora Cutia Empreendimentos Eólicos S.A, para a qual, por força contratual, transfere recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual.

Em 2021, a Companhia registrou despesas com seus Administradores referentes a honorários, no valor de R\$ 51 e encargos sociais, no valor de R\$ 11. A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo.

8 Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

8.1 Mutação do imobilizado

	Saldo em 1º.01.2020	Aquisições/ Impairment	Depreciação	Saldo em 1º.01.2021	Depreciação	Saldo em 31.12.2021
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	168.785	-	(8.654)	160.131	(8.654)	151.477
(-) Impairment	(7.710)	7.710	-	-	-	-
	161.075	7.710	(8.654)	160.131	(8.654)	151.477

A taxa média de depreciação é de 4,89% a.a.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2021 e 2020.

9 Fornecedores

	31.12.2021	31.12.2020
Materiais e serviços	858	872
Encargos de uso da rede elétrica	104	93
	962	965

10 Outras Contas a Pagar

	31.12.2021	31.12.2020
Termo de Ajuste de Conduta - TAC	155	177
Outras Obrigações	116	-
	Circulante	116
	Não circulante	155
		-
		177

Contempla o Termo de Ajuste de Conduta - TAC, que se referem aos compromissos acordados e aprovados entre a Companhia e os órgãos competentes pelo descumprimento de condicionante da Licença de Instalação e Operação.

11 Provisões para litígios e passivos contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. Em 31.12.2020 a Companhia não possui provisões para litígios.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas, por não ser provável uma saída de recursos que incorpora benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2020 a Companhia não possui passivos contingentes.

12 Patrimônio Líquido

12.1 Capital Social

O capital social integralizado em 31.12.2021, no valor de R\$ 176.964 (R\$ 197.026 em 31.12.2020) é composto por 176.963.713 (197.026.021 em 31.12.2020) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Cutia Empreendimentos Eólicos S.A, subsidiária da Copel Geração e Transmissão S.A.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

12.2 Redução de capital

Durante o exercício o capital social da Companhia foi reduzido em R\$ 20.062 mediante utilização do saldo do contas a receber da controladora (NE nº 7), no período de 2018 a 2020, referente à proporção da qual a Companhia deve participar para o cumprimento das cláusulas financeiras do contrato de financiamento com o BNDES e debêntures.

13 Receita Operacional Líquida

	31.12.2021	31.12.2020
Contratos de energia de reserva - CER	24.394	16.940
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	5	-
(-/+) Provisão / Reversão para não performance de geração	-	2.400
(-) PIS/Pasep e Cofins	(891)	(619)
	23.508	18.721

14 Custos e Despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2021
Energia elétrica comprada para revenda	(11)	-	-	-	(11)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.171)	-	-	-	(1.171)
Pessoal e administradores	-	-	(650)	-	(650)
Planos previdenciário e assistencial	-	-	(40)	-	(40)
Serviços de terceiros	(3.031)	-	(39)	-	(3.070)
Depreciação e amortização	(8.654)	-	-	-	(8.654)
Provisões e reversões	-	(5)	-	-	(5)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(975)	-	(173)	(98)	(1.246)
	(13.842)	(5)	(902)	(98)	(14.847)

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2020
Energia elétrica comprada para revenda	(12)	-	-	(12)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.089)	-	-	(1.089)
Pessoal e administradores	-	(529)	-	(529)
Planos previdenciário e assistencial	-	(33)	-	(33)
Serviços de terceiros	(1.000)	(42)	-	(1.042)
Depreciação e amortização	(8.654)	-	-	(8.654)
Provisões e reversões (NE nº 8.1)	7.710	-	-	7.710
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(740)	(25)	(1.119)	(1.884)
	(3.786)	(664)	(1.119)	(5.569)

14.1 Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	31.12.2021
Arrendamento de terrenos	362	1.780	8.391	10.533

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

No saldo dos outros custos e despesas operacionais líquidos, estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis, em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

15 Resultado Financeiro

	31.12.2021	31.12.2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	288	67
Multa contratual	7	8
Juros sobre liquidações na CCEE	170	490
Outras receitas financeiras	-	1
	465	566
(-) Despesas financeiras		
IOF sobre o rendimento de aplicações financeiras	-	2
	-	2
Líquido	465	564

16 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2021		31.12.2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Contratos de energia de reserva - CER	24.394	24.394	16.940	16.940
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	5	5	-	-
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.952	2.928	1.355	2.033
Receita Financeira	465	465	566	566
(-) Receita Financeira Provisionada	(235)	(235)	(41)	(41)
Recuperação de Despesa Financeira	-	-	-	-
Base de cálculo Receita Financeira	230	230	525	525
(-) IOF	-	-	(2)	(2)
Outras Receitas	-	-	-	-
(=) Base de cálculo	2.182	3.158	1.878	2.556
Aliquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	522	284	446	230
Receita Financeira Provisionada	235	235	41	41
Imposto de renda e contribuição social diferidos	59	21	10	4

17 Instrumentos Financeiros

17.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2021		31.12.2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	9.826	9.826	5.307	5.307
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	98	98	94	94
			9.924	9.924	5.401	5.401
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		6.317	6.317	4.067	4.067
			6.317	6.317	4.067	4.067
Total dos ativos financeiros			16.241	16.241	9.468	9.468
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		962	962	965	965
Total dos passivos financeiros			962	962	965	965

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

17.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

17.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa (a)	9.826	5.307
Títulos e valores mobiliários (a)	98	94
Clientes (b)	6.317	4.067
	16.241	9.468

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Os principais contratos de venda de energia são garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE.

17.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação do passivo financeiro em cada faixa de tempo.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2021							
Fornecedores	-	962	-	-	-	-	962
		962	-	-	-	-	962

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

17.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data das demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base, foi considerado o saldo existente na respectiva conta na data das demonstrações financeiras e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação do CDI/Selic: 12,25% previsto na mediana das expectativas de mercado para 2021 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2021	Cenários projetados - dez.2021		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	98	12	9	6

17.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de autorização de geração de energia por fonte eólica estão sujeitos à cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. O empreendimento está sujeito a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, e o não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia.

17.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. Não há endividamento em relação ao patrimônio líquido.

Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

18 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2023	139.513
Seguro Riscos Operacionais	29.03.2023	183.470
Seguro de Responsabilidade Civil Geral	28.03.2023	30.000

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2021, de R\$ 5,5805. Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

19 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

19.1 Transações que não envolvem caixa

Em 16.02.2021 houve uma redução de capital na Companhia na ordem de R\$ 20.062, conforme disposto na NE nº 12.2. A referida redução se deu mediante utilização do saldo do contas a receber da controladora, no período de 2018 a 2020, referente à proporção da qual as controladas devem participar para o cumprimento das cláusulas financeiras do contrato de financiamento com o BNDES e debêntures.

A transação acima não envolveu caixa, motivo pelo qual não está mencionada na demonstração dos fluxos de caixa.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Potiguar S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultado abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Eólica Potiguar S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Assuntos relacionados à COVID-19

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve os efeitos e potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações, bem como as ações planejadas e as ações tomadas até o momento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “IASB”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2021 E SOBRE OS
ESCLARECIMENTOS DA DIRETORIA EXECUTIVA À ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA**

Os membros do Conselho Fiscal da Usina de Energia Eólica Potiguar S.A. , abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e os esclarecimentos da Diretoria Executiva à Assembleia Geral Ordinária . As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que elas estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 31 de março de 2022.

ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Presidente

KLEBERSON LUIZ DA SILVA

LUIZ HENRIQUE DE MELLO

WALTER GUANDALINI JUNIOR



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

